

JOÃO SALGUEIRO, ECONOMISTA

“Portugal precisa de mais concorrência”

Duarte Roriz/Correio da Manhã



PERFIL

UMA CARREIRA NA BANCA,
PASSAGENS PELA GOVERNAÇÃO

João Salgueiro, 79 anos, é licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Iniciou a sua carreira no Banco de Fomento Nacional, foi director do Departamento Central de Planeamento, presidente da Junta de Investigação Científica e Tecnológica, vice-governador do Banco de Portugal, presidente dos Banco de Fomento Nacional, da CGD e da Associação Portuguesa de Bancos. Entre 1969 e 1971 foi subsecretário de Estado do Planeamento, e ministro das Finanças entre 1981-1983. É membro do Conselho Económico e Social, membro do conselho geral da Universidade do Minho, vogal do Fundo de Garantia de Depósitos, e regente do Seminário de Economia Europeia, da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Para João Salgueiro, as normas não são imutáveis e os desafios de uma empresa ética são hoje maiores do que no passado

FILIPE S. FERNANDES

“Uma empresa ética é uma empresa cujos colaboradores, em geral, e os dirigentes, em particular, têm a preocupação de cumprir regras nos domínios em que isso é importante. Tem de haver vontade de cumprir, porque podem existir normas e não serem cumpridas. Por outro lado, implica a adaptação das normas aos desafios que vão surgindo, porque uma época de guerra não é igual a uma época de paz” defende

João Salgueiro. Acentua que, “nesse momento, uma empresa ética tem desafios para além daqueles que tinha há 10 anos”.

Segundo João Salgueiro, as boas práticas éticas não podem ser meramente formais: “tem código de ética? Tem. Há um responsável? Há. Faz um relatório trimestral? Faz. Publica-se o relatório anual? Sim. São bons procedimentos, mas é importante verificar se os procedimentos se baseiam numa realidade ou são uma forma de transformar em realidade”. Acrescenta que “os códigos e as normas são balizas, mapas. A pessoa tem de estudar o mapa antes de ir para estrada, mas depois tem de estar muito atento à condução, à rapidez nos reflexos, tem de saber motivar as pessoas, se for uma excursão, depois há os períodos de tensão. Os códigos de ética são úteis para as pessoas saberem as regras. Mas o teste da liderança não é este. O código de ética é uma

condição básica mas não é a decisão. O teste é a gestão”. A ideia essencial é fazer da empresa uma comunidade e, como diz, “não ficar no formalismo de actividades mais ou menos úteis que se vestem sob a capa da responsabilidade social”. Além disso, um gestor pode fazer “coisas fantásticas numa empresa, mas se não fizer o essencial, a situação acaba por ser insustentável” sustenta João Salgueiro. Porque diz o economista, “o fundamental para uma empresa ser sustentável é sobreviver”.

Avaliação das decisões precisa-se

A prática de economista e a sua devoção à causa pública levam-no a olhar a dimensão ética através da observação do funcionamento da economia. E esta não funciona em Portugal como em outros países. Refere que “as regras de responsabilidade social e de consciência jurídica são totalmente respeitáveis

num país em que há concorrência e dinamismo empresarial, porque estas obrigam as empresas a ter certos comportamentos em relação aos clientes e a ter rigor na gestão financeira e económica, tecnológica e de recursos humanos”. Em Portugal a economia não funciona assim: “a nossa economia nos sectores exportadores tem os desafios da concorrência internacional e, neste caso, está preenchida a questão da concorrência. Muitas das grandes empresas que estão voltadas para o mercado interno não estão sujeitas às regras da concorrência”.

Há duas ideias força na concepção de João Salgueiro de economia ética e que são a avaliação de investimentos, como forma de uso racional dos recursos, e a noção de responsabilidade social em sentido amplo. Para João Salgueiro “não se devia fazer novos investimentos sem se avaliar se vale a pena. Tanto o Estado como as empresas têm fei-

tos investimentos absurdos e estamos com problemas por causa disso”. Acrescentando que “há uma prática que devia ser exigida e que é uma avaliação de benefícios/custos antes e depois de qualquer decisão, mas nem no sector privado nem no público se faz”.

Na responsabilidade social João Salgueiro inclui, por exemplo, a crítica que a classe empresarial devia ter feito às políticas públicas que endividaram o País. “É difícil entender que as associações empresariais, ao longo destes últimos 10 anos, não tenham estado preocupadas com o endividamento. Pelo contrário, queriam mais obras públicas, subsídios às empresas. Houve sectores inteiros que foram aguentados com subsídios”. João Salgueiro também considera que o excessivo endividamento de uma empresa não é uma boa prática deontológica: “a empresa tem de ser eficaz, e de ter um horizonte temporal longo”.

Pub

